



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SAPIRANGA EM 02.08.2017

Aos 02 dias do mês de agosto de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Sapiiranga a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004317-15.2017.5.04.0000.

A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Marcelo Pinheiro Lucero e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária.

Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 30.08.2016

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Araricá, Campo Bom, Nova Hartz, Sapiiranga

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2016 a 02.08.2017

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Patrícia Helena Alves de Souza	1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapiiranga gerencia a Central de Mandados da Comarca, atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Marcelo Pinheiro Lucero	Coordenador (CJ1)	15.02.2000
2	Ricardo Tadashi Kawata	Assistente (FC02)	13.01.2012
SEG	Carlos Alberto Duarte Von Ahn	Cargo: Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança	31.08.2005
SEG	Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira (em férias)		25.11.2013



Servidores Lotados na Central de Mandados		
Servidor	Cargo	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Patrícia Alves Montserrat	22.04.2008
2	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	16.04.2010
3	Delamar Pereira Nogueira Neto (em férias)	09.10.2012
4	Thiago Arthur Cembranel (em férias)	11.04.2013
5	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	13.10.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.07.2017)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Ausências dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Carlos Alberto Duarte Von Ahn (Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança)	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	6
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	3	
Marcelo Pinheiro Lucero	-	-	-
Ricardo Tadashi Kawata	Dispensa Médica (DM)	1	1
Rodrigo Jiombra Alves de Oliveira (Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança)	Doença em Pessoa da Família (LPF)	6	14
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Delamar Pereira Nogueira Neto	-	-	-
Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes (desde 13.10.2016)*	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	34
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	14	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	
Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	12
Maria Patrícia Alves Montserrat	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	9
Thiago Arthur Cembranel	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.07.2017)



* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Ana Paula Lucci da Motta Pedroso	09.01.2012	22.09.2016	4 anos, 8 meses e 14 dias	Lotação na Central de Mandados de Novo Hamburgo
2	Francisco Wilson de Oliveira Júnior	06.06.2014	03.05.2017	2 anos, 10 meses e 28 dias	Lotação na Central de Mandados de Caxias do Sul

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 19.07.2017)

* Não houve movimentação de servidores lotados Coordenadoria de Controle da Direção do Foro durante o período correccionado.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2015/07 a 2016/06	899	R\$ 4.971,47	R\$ 0,00
Média mensal	74,92	R\$ 414,29	R\$ 0,00
2016/07 a 2017/06	960	R\$ 5.314,00	R\$ 0,00
Média mensal	80,00	R\$ 442,83	R\$ 0,00
Varição	6,79%	6,89%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 20.07.2017)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 80 solicitações de emissão de certidão negativa por mês no período de 2016/07 a 2017/06. Em relação ao período anterior, registrou-se aumento de 6,79% na média de certidões expedidas mensalmente.

Conforme informado pelo Coordenador, as certidões negativas são fornecidas no momento em que requeridas e comprovado o pagamento dos emolumentos ou no dia posterior, nos casos de grande movimento. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento, com a devolução dos documentos ao interessado. Após a expedição da certidão, são arquivados os requerimentos, juntamente com a GRU original paga em pasta própria.



3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	1.663 – 7,28%	21.191 – 92,72%	22.854
Processos com reclamadas	56.909 (totalmente) – 56,51%	30.792 – 30,57%	100.711
	13.010 (parcialmente) – 12,92%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017, 15h58min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 18.08.2014 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 4.399/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, são consultadas as bases de dados da Secretaria da Receita Federal, as certidões dos oficiais de justiça, as informações das Varas do Trabalho e petições das partes para embasar unificações cadastradas no sistema inFOR.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 20.07.2017, **apenas 7,28% das reclamadas do Foro de Sapiranga** encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 56,51% dos processos que tramitam no Foro.

Esses números apontam retrocesso em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2016, cujo percentual de reclamadas unificadas era de 7,3%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
	Unificados	Não unificados	Total	
Endereços dos Advogados	5.173 – 76,52%	1.587 – 23,48%	6.670	
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	85.211 (totalmente) – 84,61%	14.405 – 14,30%	100.711
		1.095 (parcialmente) – 1,09%		
	Reclamada	44.854 (totalmente) – 44,54%	47.140 – 46,81%	100.708
		8.714 (parcialmente) – 8,65%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR 20.07.2017, 15h59min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 76,52% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Sapiranga encontravam-se unificados, **restando 1.587 endereços de advogados não unificados**. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 84,61% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 44,54%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2016, houve pequena evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado



que 76,17% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 02.08.2016; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 1.580.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	837 – 97,10%	25 – 2,90%	862
Processos com Órgãos	9.361 – 99,82%	17 – 0,18%	9.378

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017, 15h59min)

De acordo com o sistema informatizado, 97,10% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2016, verifica-se que o número de cadastros atual é ligeiramente superior ao que foi constatado em 10.08.2016 (833).

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES			
	2015/07 a 2016/06	2016/07 a 2017/06	Variação
Ação cautelar	0	1	-
Carta de sentença	64	1	-98,44%
Carta precatória	2	1	-50,00%
Embargos de Terceiro	22	18	-18,18%
Exec. de Título Judicial	1	0	-100,00%
Reclamatória-Ordinário	1	1	0,00%
Restauração de Autos	1	0	-100,00%
TOTAL	91	22	-75,82%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)

A partir da implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Sapiroanga, em 18.08.2014, o número de cadastros de processos físicos no sistema informatizado sofreu grande redução. No período de 2016/07 a 2017/06, o número de cadastros no sistema inFOR foi de 22 processos, número 75,82% inferior ao registrado nos doze meses anteriores.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2015/07 a 2016/06	15.437	226	68,31
2016/07 a 2017/06	11.071	220	50,32
Variação	-28,28%	-2,65%	-26,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)



Nos últimos 12 meses, foram protocolizadas 11.071 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 50,32 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 26,33% na média de petições e documentos protocolizados; isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Sapiiranga. No entanto, conforme informado pelo Coordenador, nos últimos meses está ocorrendo o desarquivamento expressivo de processos físicos para prosseguimento da execução, em decorrência dos processos de falência terem sido inexitosos.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Sapiiranga fica em sala anexa à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro. Os processos arquivados são encaminhados em lotes pelas Varas do Trabalho, os quais são conferidas na Coordenadoria em relação ao tamanho do lote, número de processos, nome das partes e quantidade de volumes. Após, é registrado no sistema inFOR o andamento “Recebidos os Autos Pelo Arquivo”, momento em que é atribuído um número de lote, o qual é identificado e encaminhado ao arquivo.

Na vistoria realizada na data da inspeção correcional, constatou-se que o arquivo necessita ser reorganizado de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados, bem como proporcionar uma melhor conservação. Além disso é necessária a colocação de mais prateleiras, conforme já mencionada no relatório da correição ordinária do ano anterior, pois o arquivo centralizado de Porto Alegre não dispõe de espaço físico para acondicionar mais processos.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0085000-68.2009.5.04.0372	14.03.2017	24.03.2017	118

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 01 processo em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Sapiiranga está dividida em 05 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 03 meses.



4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados de processos físicos é feita uma vez por semana, normalmente às sextas-feiras – exceto os mandados urgentes, que são distribuídos no mesmo dia e comunicado o oficial de justiça do respectivo setor mediante contato telefônico. Os mandados de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data. Quanto aos processos eletrônicos, a distribuição é diária.

O exame das certidões lavradas pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, a devolução dos mandados é feita no dia do cumprimento ou no subsequente.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2015/07 a 2016/06	1.968	164,00
2016/07 a 2017/06	954	79,50
Variação 2014-2015	-51,52%	-51,52%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2015/07 a 2016/06	4.046	337,17
2016/07 a 2017/06	5.468	455,67
Variação 2014-2015	35,15%	35,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.07.2017)

No período de julho de 2016 a junho de 2017, a Central de Mandados de Saporanga recebeu 6.422 mandados, sendo 954 de processos físicos e 5.468 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 535,17 mandados recebidos, 6,78% maior que a média verificada nos doze meses anteriores.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 51,52% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 35,15% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015/07 a 2016/06	2016/07 a 2017/06	Variação
Busca e Apreensão	6	7	16,67%



Citação	793	318	-59,90%
Condução de Testemunha	0	3	-
Notificação	476	219	-53,99%
Penhora	553	326	-41,05%
Outros	146	125	-14,38%
Total	1.974	998	-49,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015/07 a 2016/06	2016/07 a 2017/06	Variação
Notificação	3.421	4.233	23,74%
Mandado	583	1.207	107,03%
Ofícios	42	44	4,76%
Total	4.046	5.484	35,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.07.2017)

Foram cumpridos 6.482 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores entre julho de 2016 e junho de 2017, dos quais 998 oriundos de processos físicos e 5.484 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 462 mandados cumpridos na comparação com os doze meses anteriores (2015/07 a 2016/06), correspondendo a uma elevação de 7,67%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, as penhoras foram as mais frequentes nos doze últimos meses (326), seguidas pelas citações (318). Já nos processos eletrônicos, as notificações foram as mais frequentes (4.233), seguidas pelas diligências de execução (1.207).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015/07 a 2016/06	2016/07 a 2017/06	Variação
Busca e Apreensão	2,33	2,57	10,20%
Citação	15,58	10,68	-31,44%
Condução de Testemunha	-	20,67	-
Notificação	10,67	8,61	-19,26%
Penhora	24,95	18,17	-27,15%
Outros	9,88	7,35	-25,61%
Total	16,56	12,23	-26,13%



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015/07 a 2016/06	2016/07 a 2017/06	Variação
Notificação	10,69	8,24	-22,90%
Mandado	17,06	13,77	-19,25%
Ofícios	7,93	7,00	-11,71%
Total	11,58	9,45	-18,39%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.07.2017)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados da Unidade recuou 26,13% no período de 2016/07 a 2017/06, na comparação com os doze meses anteriores (queda de 16,56 para 12,23 dias). Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, excetuadas as conduções de testemunha, que possuem um número ínfimo, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores, levando, em média, 18,17 dias, seguida pelos mandados de citação, cuja média foi de 10,68 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado na busca e apreensão de autos (2,57 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 9,45 dias no período de 2016/07 a 2017/06, lapso 18,39% mais célere na comparação com os doze meses anteriores. Dentre as diligências de processos eletrônicos, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (13,77 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (7 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS				
	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	0	0,00%	0	0,00%
Citação	311	39,22%	123	38,68%
Condução de Testemunha	0	-	3	100,00%
Notificação	170	35,71%	68	31,05%
Penhora	319	57,69%	177	54,29%
Outros	38	26,03%	26	20,80%
Total Geral	838	42,45%	397	39,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)



Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	1.224	35,78%	1.327	31,35%
Mandado	294	50,43%	583	48,30%
Ofício	6	14,29%	12	27,27%
Total	1.524	37,67%	1.922	35,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.07.2017)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 397 mandados após o decurso do prazo legal entre julho de 2016 e junho de 2017, valor correspondente a 39,78% de todos os mandados cumpridos – tendo havido queda em relação aos doze meses anteriores, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 42,45% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal nos últimos 12 meses (54,29%), seguida pela citação (38,68%). Não foi levado em conta o percentual de atraso das conduções de testemunhas, em face do pequeno número de diligências.

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.922 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores, o que equivale a 35,05% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, os mandados de execução apresentam maior índice de devolução com atraso (48,30%).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Sapiiranga:

Mandados com maior tempo para cumprimento (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0002800-21.1997.5.04.0373	Penhora	19.09.2016	24.01.2017	127
0001532-73.2013.5.04.0371	Penhora	16.01.2017	15.05.2017	119
0068200-70.2006.5.04.0371	Penhora	03.10.2016	23.01.2017	112
0000657-97.2013.5.04.0373	Penhora	06.02.2017	24.05.2017	107
0001136-96.2013.5.04.0371	Notificação	09.01.2017	26.04.2017	107
0001176-49.2011.5.04.0371	Penhora	30.05.2016	30.08.2016	92
0000392-98.2013.5.04.0372	Penhora	30.01.2017	19.04.2017	79
0000328-25.2012.5.04.0372	Penhora	23.01.2017	09.04.2017	76
0001170-42.2011.5.04.0371	Penhora	13.02.2017	27.04.2017	73



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000109-75.2013.5.04.0372	Penhora	11.11.2016	20.01.2017	70
0001065-88.2013.5.04.0373	Penhora	15.08.2016	24.10.2016	70
0125600-17.1998.5.04.0373	Penhora	22.09.2016	29.11.2016	68
0000768-84.2013.5.04.0372	Outros	02.05.2016	08.07.2016	67
0015900-46.1997.5.04.0372	Penhora	03.10.2016	09.12.2016	67
0092300-26.2005.5.04.0371	Penhora	13.02.2017	20.04.2017	66
0092300-26.2005.5.04.0371	Penhora	13.02.2017	20.04.2017	66
0000749-41.2014.5.04.0373	Penhora	13.02.2017	20.04.2017	66
0000746-63.2012.5.04.0371	Penhora	26.09.2016	29.11.2016	64
0051200-27.2001.5.04.0373	Penhora	10.05.2016	12.07.2016	63
0001068-77.2012.5.04.0373	Penhora	10.05.2016	12.07.2016	63
0000206-41.2014.5.04.0372	Citação	11.07.2016	12.09.2016	63
0001065-88.2013.5.04.0373	Penhora	06.03.2017	07.05.2017	62
0000334-95.2013.5.04.0372	Penhora	23.01.2017	24.03.2017	60

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.07.2017)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0021047-90.2015.5.04.0382	Notificação	24.10.2016	10.02.2017	109
0020845-09.2016.5.04.0373	Mandado	23.01.2017	12.05.2017	109
0020441-92.2015.5.04.0372	Mandado	15.02.2017	26.05.2017	100
0020174-86.2016.5.04.0372	Mandado	17.09.2016	15.12.2016	89
0020874-59.2016.5.04.0373	Mandado	17.11.2016	31.01.2017	75
0020533-36.2016.5.04.0372	Notificação	03.02.2017	19.04.2017	75
0020021-22.2017.5.04.0371	Mandado	13.09.2016	18.11.2016	66
0021109-66.2015.5.04.0371	Notificação	21.10.2016	26.12.2016	66
0020421-41.2014.5.04.0371	Mandado	27.01.2017	03.04.2017	66
0020711-79.2016.5.04.0373	Mandado	20.02.2017	27.04.2017	66
0020044-65.2017.5.04.0371	Mandado	28.04.2016	01.07.2016	64
0020351-53.2016.5.04.0371	Notificação	24.11.2016	27.01.2017	64
0020680-93.2015.5.04.0373	Notificação	08.02.2017	13.04.2017	64



0021292-31.2015.5.04.0373	Mandado	31.05.2016	02.08.2016	63
0020217-94.2014.5.04.0371	Mandado	28.06.2016	30.08.2016	63
0020040-40.2014.5.04.0304	Mandado	23.08.2016	25.10.2016	63
0021227-36.2015.5.04.0373	Mandado	01.12.2016	02.02.2017	63
0021095-45.2016.5.04.0372	Notificação	07.02.2017	11.04.2017	63
0021091-05.2016.5.04.0373	Mandado	16.09.2016	17.11.2016	62
0020609-60.2016.5.04.0372	Mandado	16.09.2016	17.11.2016	62
0020609-60.2016.5.04.0372	Mandado	25.11.2016	26.01.2017	62
0021001-97.2016.5.04.0372	Mandado	02.06.2016	02.08.2016	61
0020762-27.2015.5.04.0373	Mandado	07.12.2016	06.02.2017	61

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.07.2017)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 20.07.2017, foi constatada a inexistência de mandados pendentes de devolução nos processos físicos.

Por sua vez, o sistema PJe-JT apresentava 30 mandados sem registro de cumprimento no prazo:

Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020881-88.2015.5.04.0372	21.06.2017	Notificação	Maria Patrícia Alves Montserrat	29
2	0020989-23.2015.5.04.0371	21.06.2017	Mandado	Maria Patrícia Alves Montserrat	29
3	0020001-33.2014.5.04.0372	23.06.2017	Mandado	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	27
4	0022169-49.2016.5.04.0271	23.06.2017	Mandado	Maria Patrícia Alves Montserrat	27
5	0020135-58.2017.5.04.0371	24.06.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	24
6	0020598-97.2017.5.04.0371	26.06.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	24
7	0020598-97.2017.5.04.0371	26.06.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	24
8	0020616-15.2017.5.04.0373	27.06.2017	Mandado	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	22
9	0020142-55.2014.5.04.0371	29.06.2017	Mandado	Maria Patrícia Alves Montserrat	21
10	0020142-55.2014.5.04.0371	29.06.2017	Mandado	Maria Patrícia Alves Montserrat	21
11	0020113-05.2014.5.04.0371	29.06.2017	Mandado	Thiago Arthur Cembranel	21
12	0020835-68.2016.5.04.0371	02.07.2017	Notificação	Maria Patrícia Alves Montserrat	17
13	0020136-43.2017.5.04.0371	02.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	17
14	0020041-44.2016.5.04.0372	03.07.2017	Notificação	Thiago Arthur Cembranel	17
15	0020449-48.2015.5.04.0282	03.07.2017	Mandado	Maria Patrícia Alves Montserrat	17
16	0020315-71.2017.5.04.0372	05.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	15



17	0020315-71.2017.5.04.0372	05.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	15
18	0020315-71.2017.5.04.0372	05.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	15
19	0020770-68.2015.5.04.0384	05.07.2017	Notificação	Thiago Arthur Cembranel	15
20	0020590-17.2017.5.04.0373	05.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	15
21	0020696-79.2017.5.04.0372	06.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	14
22	0020608-38.2017.5.04.0373	06.07.2017	Notificação	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	14
23	0020297-60.2017.5.04.0304	06.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	14
24	0020773-62.2015.5.04.0371	06.07.2017	Mandado	Maria Patrícia Alves Montserrat	14
25	0021040-34.2015.5.04.0371	06.07.2017	Notificação	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	14
26	0020532-20.2017.5.04.0371	06.07.2017	Notificação	Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti	14
27	0020564-22.2017.5.04.0372	07.07.2017	Notificação	Ricardo Tadashi Kawata	13
28	0020527-26.2016.5.04.0373	07.07.2017	Notificação	Ricardo Tadashi Kawata	13
29	0020563-37.2017.5.04.0372	07.07.2017	Notificação	Ricardo Tadashi Kawata	13
30	0020263-22.2016.5.04.0304	07.07.2017	Mandado	Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	13

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.07.2017)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Saporanga:

Maria Patrícia Alves Montserrat				
INFOR				
	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	01	01
Citação	130	131	56	56
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	81	81	40	40
Penhora	89	83	43	57
Outros	19	18	14	17
Total	320	314	154	171
PJe-JT				
	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	812	773	816	822
Mandado	125	101	167	179



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ofício	02	02	04	04
Total	939	876	987	1.005

Luiz Antônio Scalzilli Meneghetti

INFOR

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	02	02
Citação	77	77	32	32
Condução de Testemunha	00	00	01	01
Notificação	42	42	28	28
Penhora	68	65	52	56
Outros	30	30	16	16
Total	219	216	131	135

PJe-JT

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	461	443	814	827
Mandado	100	93	218	213
Ofício	10	10	08	08
Total	571	546	1.040	1.048

Delamar Pereira Nogueira Neto

INFOR

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01
Citação	159	165	62	62
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	86	86	49	49
Penhora	110	110	41	41



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Outros	25	25	19	19
Total	380	386	172	172

PJe-JT

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	615	610	659	655
Mandado	88	87	238	233
Ofício	08	08	07	07
Total	711	705	904	895

Thiago Arthur Cembranel

INFOR

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01
Citação	129	129	52	52
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	79	79	31	31
Penhora	81	80	54	55
Outros	15	15	17	17
Total	304	303	155	156

PJe-JT

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	541	534	795	799
Mandado	119	118	231	227
Ofício	10	10	09	09
Total	670	662	1.035	1.035

Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes

INFOR

	2015/07 a 2016/06		2016/07 a 2017/06	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01



Citação	00	00	29	27
Condução de Testemunha	00	00	02	02
Notificação	00	00	24	23
Penhora	00	00	25	25
Outros	00	00	14	14
Total	00	00	95	92
PJe-JT				
2015/07 a 2016/06				
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	397	370
Mandado	00	00	157	145
Ofício	00	00	05	04
Total	00	00	559	519

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados estão vinculadas à Direção do Foro Trabalhista de Sapiroanga. A unidade encontra-se instalada em amplo espaço físico e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CM. Constatou-se que o arquivo necessita ser reorganizado.

O Coordenador da CCDF informou que realiza, além das atribuições a ele inerentes, a digitalização e a juntada de documentos diversos protocolados de forma física para os processos eletrônicos, e iniciou no auxílio da digitalização dos processos físicos ainda existentes para o cadastramento dos processos no módulo CLE.

Destaca-se a necessidade de realizar de forma gradativa a unificação das reclamadas, uma vez que atualmente há somente 7,28% das reclamadas unificadas. Mencionado procedimento é imprescindível, tendo em vista a quantidade de processos físicos que ainda tramitam no Foro e também em razão do desarquivamento expressivo de processos físicos que está sendo realizado para prosseguimento da execução, por terem sido inexitosos os correspondentes processos de falência.

Constatou-se o bom atendimento prestado às partes e aos advogados pelos servidores da Unidade.

A Central de Mandados possui oficiais de justiça comprometidos com a prestação jurisdicional, realizando suas atividades de forma coesa e proativa. Os prazos de cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça são excelentes.

Por fim, registra-se a receptividade e o tratamento cordial dispensado a esta Corregedoria durante a inspeção.



6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

Item 3.2.1 e 3.2.2 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas e advogados)

Determina-se a observância do artigo 41, §§ 3º e 4º, da CPCR, no sentido de intensificar o procedimento de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados.

Item 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

Item 4.3.5 (Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os demais servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga no dia 02.08.2017, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Estiveram presentes os advogados Edison Gilberto de Moura Leite (OAB/RS 22842), Silvana Fátima de Moura (OAB/RS 023097), Ivani Bernardes Milani (043079) e Agnes Gelci Simões Pires (054357).

8 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

9 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Marcelo Pinheiro Lucero e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correccional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy De Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional